

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2024
(da Sra. Daiana Santos)

Requer a realização de diligência no 4º Distrito da Capital Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul a fim de apurar indícios de violação de direitos humanos das famílias residentes na localidade.

Requeiro, com fundamento nos artigos 32, Inciso VIII, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a realização de diligência no 4º Distrito da Capital Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul a fim de apurar indícios de violação de direitos humanos das famílias residentes na localidade.



JUSTIFICAÇÃO

O 4º Distrito (4D), localizado em Porto Alegre, RS/Brasil, é uma região urbana com assentamentos, ocupações irregulares em terrenos anteriormente subutilizados. Estas áreas são conhecidas por diversos nomes, como Casa de Passagem, Vilas Tio Zeca, Areia, entre outros. Grande parte deste território aguarda por políticas públicas habitacionais e de regularização fundiária há décadas. As famílias que residem nestes assentamentos enfrentam condições inadequadas de moradia, falta de infraestrutura urbana básica e carência de serviços públicos essenciais.

Nos últimos anos, não houve promoção de políticas públicas de moradia para esta comunidade. Há indícios de precarização intencional da região para favorecer o setor imobiliário. O Programa +4D, aprovado pelo Executivo Municipal, visa incentivar empreendimentos na área, mas não prevê contrapartidas para investimentos no interesse social das famílias do 4D. Desde 2014, a construção da nova Ponte do Guaíba impacta diretamente as vilas do 4D, e até agora, as famílias aguardam soluções para suas moradias.

A pandemia de Covid-19 agravou a situação das famílias, intensificando sua vulnerabilidade social. Famílias que adotaram estratégias de sobrevivência, como a catação de resíduos recicláveis, enfrentam perseguição e criminalização por parte do Poder Público local. Por anos, os entes públicos não adotaram medidas eficazes para garantir o direito à moradia adequada para as famílias do 4D.

Dada a gravidade da situação e a urgente necessidade de debater e propor soluções, requeremos a realização desta diligência. A



presença de representantes dos órgãos públicos, organizações e movimentos sociais é crucial para enfrentar esses desafios.

Diante disso, contamos com o apoio de todos os membros desta Comissão para aprovar o presente requerimento de diligência, fundamentando-se nas graves violações de direitos humanos no 4º Distrito de Porto Alegre, conforme relatos da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH).

Sala das Comissões, de março de 2024.

DAIANA SANTOS
Deputada Federal
PCdoB/RS

